

## A ESTRATÉGIA DO CAPITAL NO CERRADO GOIANO: O ADVENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO

NELTON MOREIRA SOUZA<sup>1</sup>;  
ROSANGELA MARIONE SCHULZ<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas-Ufpel-*moreirasouza48@gmail.com.br*

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas-Ufpel- *rosangelaschulz@gmail.com.br*

### 1. INTRODUÇÃO

O território Goiano a partir da década de 1980 torna-se foco de grandes transformações relacionadas aos fatores econômicos e ao desenvolvimento regional. Apresenta, no referido período, uma elevação significativa em seu Produto Interno Bruto (PIB) e, consequentemente, uma maior participação nas riquezas geradas no país (SEGPLAN-GO/IMB, 2012). Parte, dessas elevações se faz em decorrência da modernização da agricultura e da inserção de grandes complexos agroindustriais em seu território, ocorre também à diversificação de outras atividades industriais de bens de serviços, propiciada pelas políticas de incentivos fiscais e pelos planos de ação governamentais (ESTEVAM, 2000). Esta, dinâmica converge com o processo de redemocratização brasileiro, ocorrido na década de 1980, período caracterizado por um processo de elevados índices inflacionários, descontrole fiscal e financeiro, comprometimento do orçamento público com a dívida externa, políticas sociais centralizadas e ineficientes decorrentes dos modos de gestão autoritária, centralizadora e antifederalista dos governos militares. Na contemporaneidade ocorre, a retomada do protagonismo do Estado em relação às políticas públicas voltadas ao setor agropecuário, em virtude da reordenação nas relações de poder que venceram as eleições majoritárias no Brasil. (PASE, 2012).

Assim, o movimento espacial do capital globalizado proporcionou grande relevância ao cenário econômico e político a partir da década de 1990, quando passa a ocorrer a liberalização da economia brasileira, abrindo-se os caminhos para a transformação junto ao setor agrícola em todas as regiões do país, especialmente no Estado de Goiás. Significativos, os avanços nas áreas de predominância do bioma Cerrado, em decorrência da expansão modernizadora sistematizada no conceito de agronegócio, termo este que representa a relação dos diversos setores da economia sob a dinâmica do setor agrícola/agropecuário, operado pelos capitais industriais e bancários. Tais medidas ocasionaram a aproximação entre a agricultura, trabalho e indústria conectando estes aos demais do processo de produção e circulação da mercadoria, com impactos nas dinâmicas sociais, territoriais agrárias e urbanas, principalmente em função da valorização e incorporação de terras à produção do agronegócio.

Por sua vez, esse pacto assenta-se na modernização tecnológica e conservadora da elite agrária brasileira, associada à política econômica dos capitais com forte apoio do Estado. O agronegócio passa a ser apresentando como atividade principal do desenvolvimento econômico e da modernidade nos processos de globalização, a terra passa a condição de ativo globalizado para o capital nacional e internacional (FERNANDES, 2008; COSTA SILVA, 2014). Assim, as políticas redistributivas procuram deslocar recursos financeiros, direitos ou outros entre distintas camadas sociais ou grupos da sociedade (WINDHOFF – HÉRITIER, *apud*. FREY, 2000). Portanto, estas modificam a distribuição de recursos existente, impondo perdas concretas para determinados grupos sociais e

ganhos incertos para outros (SOUZA, 2006). De tal modo, que os segmentos comprometidos por essas políticas são muito mais amplos, por redefinirem a oposição entre os distintos lugares que ocupam os atores sociais, inclusive, “na estratificação social - classe baixa e classe alta; burgueses e proletários; pequenos e grandes empreendedores”.

Deste modo, tais ações políticas são estrategicamente planejadas e materializadas dando ênfase à focalização e a condicionalidades, ou seja, a focalização refere-se à definição do segmento social ou limite territorial que terá acesso, já a condicionalidade, pauta-se no conjunto de condições que os beneficiários precisam ter e manter para acessarem e manterem-se como tal. (PASE, 2012). Deste modo, pode-se inferir o quanto conflituoso e polarizada é a natureza de uma política redistributiva (RODRIGUES, 2010), assim, as políticas regulatórias redefinem a fronteira, ou seja, “quem ganha e quem perde” em outras palavras a mais-valia, condicionando os custos e benefícios, que decorrem da implementação completa de uma determinada política garantida por Leis, Decretos e Portarias (FREY, 2000; PASE, 2012). Por estar condicionada a gestão burocratizada do estado, os grupos políticos e de interesse, são mais notórios ao público, é refletem principalmente em deliberações e normativas que regulamentam setores, da esfera econômica e de serviços, a exemplo, distribuição energética, setor agrário, aviação civil, etc.

Observa-se que em Goiás o marco de expansão do setor e, consequentemente, da instalação de agroindústrias datam do ano de 2006, esse movimento expansionista é responsável pela instalação de agroindústrias e complexos sucroenergético, primeiramente, nas microrregiões do Sul Goiano, Meia Ponte, Centro Goiano, microrregião de Ceres e, posteriormente, em direção à microrregião do Entorno do Distrito Federal e o Nordeste Goiano. Ao pensarmos a retórica do processo de expansão do setor agrário no Brasil e em Goiás pelo advento das políticas públicas, constamos que o país vem sendo alvo de incrementos desde 2005, intermediado pelo desenvolvimento de Políticas Federais e Estaduais, aumento no número de instalações de novos empreendimentos ligados ao setor, constituindo-se também uma dialética na medida em que o Estado tem fomentado políticas públicas que privilegiam o Agronegócio. Partindo, destes pressupostos, esta pesquisa tem por objetivo, analisar as políticas públicas de infraestruturas advindas para o setor agropecuário/ agronegócio no período pós-redemocratização, onde se emergiu uma condicionante para que diversificados segmentos sociais participassem do processo político decisório. De tal modo, que se pretende utilizar-se das políticas públicas, como um instrumental teórico e metodológico para abordar as opções teóricas orientadoras e o método de implantação das políticas para o setor agropecuário no contemporâneo vivenciado pelo no Brasil e especialmente no Estado de Goiás.

## 2. METODOLOGIA

Para a consecução da pesquisa, tomarão como referência geral elementos dialéticos no sentido de captar os conflitos, as mudanças e as diferencialidades proporcionados por uma atividade político/econômica no território. Nossa escolha pela metodologia de pesquisa recaiu na Triangulação de métodos. Foram escolhidos os métodos quantitativo, qualitativo e a pesquisa oral. Na busca por entender o processo de construção das dimensões particulares do objeto de pesquisa, que foram conectadas com a totalidade social que a análise territorial envolve a necessidade de compreender alguns componentes, como o domínio e

apropriação da terra e dos recursos naturais; a logística de transporte; os elementos tecnológicos; os atores e suas capacidades de intervenções no processo; a forma de gestão do território; os componentes ideológicos etc.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste momento de acessão da estrutura e das conjunturas políticas, bem como dos conceitos que motivam aspectos do pensamento humanístico, com a intencionalidade de contemplar os procedimentos e aspectos do movimento real, onde os conceitos e as teorias exemplificam a dinâmica vigente. Neste sentido, a conceituação emersa sobre as políticas públicas, nos possibilita a partir de um enfoque teórico metodológico, compreender o contexto político e social ao qual ele se aplica. Sendo este identificado, por meio de programas/projetos que deliberam sobre as ações gestadas pelo Estado, permitindo-nos importantes reflexões sobre as intervenções na realidade social (RODRIGUES, 2010). Entretanto, Reis (2003) nos salienta para a precisão de clareza para com a analista de políticas públicas, seja, em relação ao modelo explicativo, o qual insere seu trabalho, quanto em relação às discussões que afronta a perspectiva adotada e as escolhas teóricas a ela. Conforme as próprias palavras da autora, “isso é condição básica para que o diálogo intelectual seja frutífero” (REIS, 2003). Assim, na tentativa de lançar uma reflexão sobre os modelos analíticos do campo das políticas públicas e contribuir para posteriores análises, que evolva as relações espaciais, ocasionadas pelo advento das políticas públicas para o setor agropecuário no período pós-redemocratização. Deste modo, constata-se que o tempo da fragmentação e do processo de produção espacial se concretiza “sobre o valor de uso versus o valor de troca” o que nos demonstra que a metrópole/cidade desponta a sua condição de produto de consumo “mercadoria” (CARLOS, 2007). Em um contra ponto, ao concebermos que metrópole/ cidade aglutina toda uma gama de valores e mercadorias, podemos dizer que a globalização atinge de forma fragmentada, rearticulando o campo-cidade na produção do agronegócio, com a territorialização do capital e o advento das Políticas Públicas.

Portanto, as ações dos atores hegemônicos se materializam na consecução das verticalidades organizacionais, onde a cidade bem como o campo funcional das redes do mercado global, propicia a instauração dos espaços luminosos das commodities. Deste modo, discutir estas funcionalidades, da dinâmica do campo - cidade - metrópole e a inserção do capital, sua especificidades, complementaridades econômicas, culturais e sociais, se desdobram nas mudanças socioespaciais conectadas ao período técnico - científico. (SANTOS, 2008)

Assim, considerando que no território certas inserções produtivas vão modificar as relações espaciais que unificam o campo e a cidade, ao passo que se insere novas técnicas ou produtos, que desempenha a ação de afastar ou aproximar elementos sociais, que dão conexão ao território. Os complexos das commodities da agricultura interagem em uma ponte processual que altera as configurações das políticas locais. O campo acolhe as atividades produtivas da tecnologia e proporciona a produção de novas mercadorias, seja por intermédio da verticalização da produção, onde emergem as agroindústrias, ou na horizontalização das cadeias produtivas, produto da expansão das commodities agrícola articulado aos circuitos espaciais da produção, propiciando-se um aumentando consecutivo no intercâmbio entre campo, cidade, mercado.

## 4. CONCLUSÕES

O estudo constatou que desde a década de 1970 o Governo Federal e Estadual, vem fomentando Políticas Públicas para o setor do Agropecuário em especial ao *Agribusiness*, criando atrativos de acesso e fomento a expansão em áreas de fronteiras, bem como a mudanças nas bases tecnológicas de produção. Possibilitando, o desenvolvimento regional, pelo advento de créditos subsidiados e benefícios de incentivos fiscais, tais medidas garantiu a inserção de capital internacional, o qual oportunizou a ponte entre a integração espacial e produtiva, ou seja, a ligação entre o processo de produção e comercialização de *commodities* no mercado internacional.

De tal modo, que nas regiões produtoras de *commodities agrícolas*, houve maior dianamização da economia, os circuitos produtivos se intensificaram. Assim, o advento das Políticas Públicas, acarretaram especificações territoriais, pela interação de elementos, econômicos, políticos e culturais, condicionando a dinâmica político administrativa do território. Portanto, a inserção do *agribusiness* em Goiás, por intermédio das Políticas supracitadas de incentivos fiscais destinados ao setor Agropecuário, tornando-se relevante para futuras análises e planejamentos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G. D. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste.** Brasília: IPEA, 1995.
- DI GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas.** Caderno de Pesquisa [do] NEPP/UNICAMP, n°82, 2009, p. 1 – 29.
- ESTEVAM, L. A. **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás.** UNICAMP, 1997.
- FREY, K. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas, n° 21, jun. 2000, p. 1 – 21.
- PASE, H. L. & ROCHA, H. J. (2010). **O governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico.** REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 32-32 59, jul.-dez.
- PASCHOAL, J. A. R. **O papel das políticas públicas de incentivos e benefícios fiscais no processo de estruturação industrial de Goiás 2000 – 2008.** Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n° 12, dez. 2009.
- REIS, E. P. **Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, n°51, fev. 2003, p.11 – 14.
- RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2010.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.